

TRABALHO E ADOECIMENTO: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO AJUSTAMENTO DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL EM MINAS GERAIS

Autoria

Maria Vivaldina Rodrigues de Moura

Graduação em Administração/Universidade Estadual de Montes Claros

Cledinaldo Aparecido Dias

Curso de Administração/Universidade Estadual de Montes Claros

Professor Orientador

Cledinaldo Aparecido Dias

Resumo

Este trabalho teve como objetivo analisar os impactos psicossociais provenientes do ajustamento de professores em uma escola da rede pública estadual de Montes Claros/MG. A pesquisa foi de natureza qualitativa, utilizando-se de pesquisa documental, entrevistas e observação participante. A coleta de dados deu-se por meio de roteiro de entrevistas aplicado a sete professores e quatro gestores da escola estudada. A técnica empregada foi a análise de conteúdo. Os resultados obtidos demonstram que o afastamento se dá tanto por agravamentos psicológicos como físicos, causados por fatores como violência na sala de aula, depressão, dupla jornada de trabalho, dificuldade para conciliar o tempo entre mais de um trabalho. Problemas como preconceito e discriminação também são enfrentados pelos professores ajustados. A pesquisa conclui que define a situação de trabalho dos professores da rede estadual de ensino de MG como de intenso mal-estar sob o risco de um processo evolutivo de afastamento do trabalho e aumento no número de ajustamentos, comprometendo o desempenho e o bem-estar dos profissionais, além dos custos gerados para os cofres públicos.

GESTÃO DE PESSOAS

TRABALHO E ADOECIMENTO: IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DO AJUSTAMENTO DE PROFESSORES DA REDE ESTADUAL EM MINAS GERAIS

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar os impactos psicossociais provenientes do ajustamento de professores em uma escola da rede pública estadual de Montes Claros/MG. A pesquisa foi de natureza qualitativa, utilizando-se de pesquisa documental, entrevistas e observação participante. A coleta de dados deu-se por meio de roteiro de entrevistas aplicado a sete professores e quatro gestores da escola estudada. A técnica empregada foi a análise de conteúdo. Os resultados obtidos demonstram que o afastamento se dá tanto por agravamentos psicológicos como físicos, causados por fatores como violência na sala de aula, depressão, dupla jornada de trabalho, dificuldade para conciliar o tempo entre mais de um trabalho. Problemas como preconceito e discriminação também são enfrentados pelos professores ajustados. A pesquisa conclui que define a situação de trabalho dos professores da rede estadual de ensino de MG como de intenso mal-estar sob o risco de um processo evolutivo de afastamento do trabalho e aumento no número de ajustamentos, comprometendo o desempenho e o bem-estar dos profissionais, além dos custos gerados para os cofres públicos.

Palavras – chave: Trabalho docente. Adoecimento. Ajustamento funcional.

1 INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho tem-se transformado ao longo dos anos, mudanças significativas ocorreram, novas formas surgiram “sob a condição de separação absoluta do trabalho, a alienação assume a forma de perda de sua própria unidade: trabalho e lazer, meios e fins, vida pública e vida privada, entre outras formas de disjunção dos elementos de unidade presentes na sociedade do trabalho” (ANTUNES, 2010, p.133). De acordo com Guinalz (2007) a alienação pode ser percebida à medida que os trabalhadores começam a perceber que os seus esforços não trazem a proteção e o amparo construído pelo imaginário social que envolve o ideal do trabalho.

Diversos conflitos pessoais surgem associados ao trabalho, à necessidade de executar suas atividades e cumprir suas metas em tempo hábil. A realização pessoal e profissional e a intensificação do trabalho geram ansiedade, angústia, desequilíbrio emocional, acarretando riscos à saúde e comprometendo o desempenho no trabalho. De acordo com Rio (1998) é certo que haja o surgimento cada vez mais frequente de doenças relacionadas ao trabalho, fato que afeta tanto a saúde física quanto a saúde mental do profissional, já que se exige dos trabalhadores cada vez mais. Muitas das vezes estes profissionais devem enfrentar péssimas condições para efetivação do exercício da profissão.

Para Branquinho (2011, p.24) no caso dos profissionais docentes, as atribuições do trabalho nem sempre favorecem condição para o alcance dos resultados desejados, o que resulta na insatisfação e angustia pelos insucessos auferidos. Quando “(...) os objetivos estabelecidos pela escola, começam a apresentar certos sentimentos de fracasso e impotência, que, via de regra, acaba levando-os a um quadro de profunda angústia”. A autora destaca ainda os impactos das transformações e as contradições com a expansão do ensino, que afeta a qualidade do ensino e conseqüentemente a saúde dos professores.

Nessa direção Moreira e Mendes (2005) apontam que, nas limitações de caráter organizacional, surgem, sobretudo, as longas jornadas de trabalho, o ritmo acelerado do trabalho e a ausência de descanso entre as atividades, caracterizando assim um sobrecarga de trabalho. Fato que, desencadeiam os fatores psicossociais que possuem abrangência por seu caráter de pressão excessiva para os resultados, ambiente tenso, problemas de relacionamento interpessoal, péssimas condições físicas e estruturais para desenvolver as atividades.

Gomes e Brito (2002) enfatizam que esses fatores atentam para a agitação, estresse e irritação do professor. Irritação a qual pode ser notada a partir de sintomas de ansiedade, nervosismo, angústia, perturbações do sono, problemas osteomusculares, digestivos, respiratórios e de voz. Assim, a realidade da profissão docente e o sofrimento dos professores têm contribuído para muitos desistirem da profissão e em alguns casos ficarem impossibilitado de exercer sua função em decorrência a doenças relacionada ao trabalho.

Observa-se que o afastamento da sala de aula pelos professores é visto como problema que atinge, de forma ampla, grande parte das escolas públicas estaduais de Minas Gerais. Assim, para que haja um acompanhamento desses profissionais há uma legislação específica que tem como base a Resolução SEPLAG nº 61 de 15 de junho de 2013 que disciplina a execução do disposto no artigo 30, § 2º, da Constituição Estadual.

Nesse sentido, a pesquisa visa responder a seguinte questão: Quais os impactos psicossociais do afastamento de professores da sala de aula de uma

escola de Rede Pública Estadual de Montes Claros/MG em consequência do trabalho, na perspectiva dos docentes ajustados e dos profissionais da área administrativa? Dessa forma, o presente trabalho busca analisar os impactos psicossociais provenientes do ajustamento de professores em uma escola da Rede Pública Estadual de Ensino de Montes Claros/MG. Especificamente, busca-se: a) identificar as causas e tipos de afastamento; b) analisar o processo de readaptação e/ou ajustamento funcional dos professores ajustados; c) verificar os reflexos do ajustamento e os sentimentos experienciados pelo ajustado; e, d) verificar a existência de políticas preventivas de saúde ocupacional praticadas pela escola.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O trabalho, o professor e o afastamento da sala de aula

O trabalho é definido como um processo de interação do homem com o mundo natural, onde o homem conscientemente modifica seus elementos para alcançar seus objetivos. “Ainda que a consciência tenha uma larga pré-história na evolução do mundo animal, no homem aparece pela primeira vez no processo em que foram se estabelecendo o trabalho e as relações sociais” (Marx; Engels 2007, p.40). Assim, o trabalho é a forma na qual o homem apropria da natureza a fim de satisfazer suas necessidades, através da atividade laboral e da consciência. O trabalho é parte do ser humano, alguns o veem como necessidade, outros como uma forma de realização, satisfação e de transformação da identidade, mas há aqueles que o define como algo estressante e penoso, sinônimo de sofrimento e dor (DEJOURS, 1992). É também entendido como algo importante e positivo, pois além de proporcionar conhecimento, prazer e transformação entre as partes envolvidas, há uma troca de saberes e realização pessoal e profissional (CODD, 2006). Porém, o trabalho não escapa de uma dupla face de valores, implicando num sentimento de prazer e sofrimento que marca as dimensões física, psicológicas e sociais do sujeito (DEJOURS, 1992).

No contexto da docência, Branquinho (2011) esclarece que com o docente essa relação não é diferente, pois, os mesmos estão inseridos em uma sociedade dominada pelo capital, com significativas mudanças de valores sociais, econômicos e culturais na sociedade.

O trabalho docente, como parte da totalidade constituída pelo trabalho no capitalismo, submete-se, portanto, à sua lógica e às suas contradições; ou seja, não escapa à dupla face do trabalho: produzir valores de uso e valores de troca. Sob essa perspectiva, o trabalho docente visa não somente atender às necessidades humanas, sem a intenção de produzir riquezas, como também passa a ser produção de troca, com a finalidade de acumular riqueza, que será apropriada pelo capitalista. (BRANQUINHO, 2011, p.23).

Nesse sentido “a situação docente, no Brasil, caracteriza-se, historicamente, por insuficiente formação inicial, baixos salários e precárias condições de trabalho, o que tem aberto caminho, dentre outros, para um processo de aguada proletarização docente” (DOURADO; PARO, 2000, p. 51). Segundo os autores a função docente tem perdido seu prestígio social, principalmente devido as importantes mudanças ocorridas no ensino. Essas situações têm contribuído para o que denominam “mal-estar docente”, que tem afetado física, psicológica e socialmente os professores. “No passado, dizer ‘eu sou professora ou professor’ trazia à tona uma identidade

carregada de orgulho profissional. A profissão de educador tinha prestígio social” (CODO, 2006, p.70). Com a democratização escolar os professores perderam sua identidade profissional e em alguns casos não se identificam com a profissão.

Ao expandir o ensino público não houve uma preocupação com as condições físicas, a infraestrutura ou melhorias nas condições de trabalho. Codo (2006) apresenta que os principais problemas enfrentados pelos professores da rede pública de ensino relacionam-se a baixos salários, dupla jornada, falta de infraestrutura e equipamentos, falta de conforto, condições de trabalho precárias, violência, agressão e vandalismo. Dejours (1992) entende que essas características do processo de trabalho refletem na saúde do trabalhador, que acaba por ser afetado pelas condições físicas, químicas e biológicas do ambiente de trabalho. Para Morgan (2007) são as condições de trabalho, as formas de organização do trabalho e do ambiente em que o indivíduo está inserido que irão determinar a saúde e bem-estar do trabalhador. Quando o trabalho é angustiante, sofrido e difícil de ser realizado ele pode afetar tanto a saúde física quanto a emocional (DEJOURS, 1996).

A área da educação possui características particulares que geram *stress* e alterações do comportamento de seus profissionais, devido à grande tensão que o ambiente escolar possui, e às relações que se atuam nele, as quais podem citar relações de competitividade, de poder, com a comunidade em geral e com o conhecimento (COSTA; GERMANO, 2007). Assim, considera-se que diante de um ambiente com relações geradoras de *stress*, os profissionais, com suas especificidades em relação às situações vividas podem vir a desenvolver problemas de saúde, e a partir do desenvolvimento desses problemas, muitos não terão condições para desenvolver as atividades nas funções antes exercidas.

De acordo com Costa e Germano (2007) o cotidiano e as condições de trabalho são tidos como as principais causas do afastamento dos docentes da sala de aula, devido a seu ritmo intenso de trabalho, as extensas jornadas, a tensão do ambiente escolar, o acúmulo de atividades pelo mesmo, como também a questão da indisciplina dos alunos e dificuldades de aprendizagem dos mesmos. O professor necessita de um grande autocontrole para lidar com tais situações.

Ao tratar do afastamento de professores do município de Belo Horizonte/MG, Gaspari, Barreto e Assunção (2005) mencionam que os transtornos psicológicos ocupavam o primeiro lugar nos diagnósticos que provocaram o afastamento de professores entre os anos 2002 e 2003, seguido das doenças do sistema respiratório, osteomuscular e do tecido conjuntivo. Costa (2007), em estudo com professores do município de Caratinga, também em Minas Gerais, identificou que as principais causas de afastamento dos professores estão relacionadas aos transtornos mentais e comportamentais, doenças respiratórias, sintomas encontrados em exames clínicos, doenças do sistema osteomuscular e do aparelho circulatório. Para a autora os fatores geradores dos problemas respiratórios relacionam-se à exposição constante ao pó de giz, o elevado número de alunos por sala de aula, a péssima ventilação na maioria das vezes, as variações climáticas e a poluição das cidades. Com relação aos problemas osteomusculares a autora aponta que estes podem estar relacionados aos assentos nada ergonômicos, o uso frequente do quadro negro e o transporte inadequado de livros e materiais pesados durante uma jornada de trabalho.

Para Vieira (2003) as doenças psiquiátricas e os calos nas cordas vocais são considerados como principais problemas de saúde aos quais os professores estão propensos, principalmente devido às condições de trabalho as quais são submetidos. Provenzano e Sampaio (2010) afirmam que os professores fazem parte

da classe de profissionais que tem a voz como elemento vital para a realização de seu trabalho, no entanto esta aparece em último lugar como causa de afastamento de professores.

Percebe-se que dentre os tipos de afastamentos do professor diversas são as causas, cada uma com sua especificidade. Contudo, para que haja um bom acompanhamento, bem como a readaptação do profissional em outras atividades é fundamental que este seja assegurado pelo órgão responsável. No caso da presente pesquisa, essa segurança será tratada pelo Estado de Minas Gerais, dessa forma, a próxima sessão pontua algumas questões quanto a legislação do estado no que tange o ajustamento dos profissionais afastados.

2.5 Tratamento aos “desajustados”: breve revisão do amparo legal ao trabalhador da rede de ensino em Minas Gerais.

De acordo com o dicionário Houaiss (2001) o termo ajustamento é definido como a ação de integrar(-se) em um determinado contexto; adaptação, amoldamento, conformação. Esse é tido como um arranjo de diversos elementos em conjunto harmonioso e agradável, conforme os padrões do bom gosto. O qual possui colaboração mútua estabelecida através de acordo; pacto, contrato, trato, combinação, ou seja, integridade moral; retidão, justiça, inteireza. Contrário a isso, o desajustamento refere-se ao estar fora do grau correto, o qual deriva de desajustar que pode ser entendido como separar, desunir, desordenar, desarranjar, transtornar, desfazer, romper (ajuste ou pacto). E traz como sinônimos, desordenar, desligar, romper, desunir, desarranjar. Assim, para melhor compreensão da situação dos ajustamentos atualmente no Estado de Minas Gerais, foi preciso recorrer a documentos, registros e a legislação específica para se entender quando e em que circunstâncias o servidor público passou a ter garantias de afastamento do serviço quando fosse portador, ou adquirisse alguma doença que o incapacitasse para o exercício de sua função.

Considerando as limitações de execução e manutenção das atividades laborais previstas para cada cargo, faz-se necessário criar alternativas político-legais que definam o trato a ser conduzido para os profissionais que, por algum motivo, não mais consegue desenvolver o seu trabalho. No Estado de Minas Gerais uma das políticas direcionadas a profissionais com alguma limitação em exercer sua função, foi instituída em 5 de julho de 1952 pela Lei Estadual nº 869 do Estatuto dos Servidores Públicos de Minas Gerais. Denominada de “readaptação”, na qual prevê assegurar o servidor público em caso de incapacidade laboral de sua atividade. De acordo com o Art. 81 desta Lei a readaptação acontecerá quando houver perda da capacidade funcional do servidor decorrente da modificação do estado físico ou das condições de saúde do funcionário, que não justifiquem a aposentadoria; bem como nos casos de desajustamento funcional no exercício das atribuições do cargo isolado de que for titular o funcionário ou da carreira a que pertencer. O referido artigo destaca a incapacidade em função das condições de saúde e sua readaptação em atividade nas quais o profissional tenha condições físicas e saúde para desempenhar. Em 1953 a Lei nº. 869 é alterada pela Lei nº937/1953 que esclarece, nos artigos 6º, 7º, 10º e 12º como funciona o processo de licença para o servidor tratar de sua saúde, destacando os direitos e deveres do servidor.

Em 1989 com a promulgação da Constituição Estadual de Minas Gerais fica determinado: “ao servidor público que, por acidente ou doença, tornar-se inapto para exercer as atribuições específicas de seu cargo, serão assegurados os direitos e

vantagens a ele inerentes, até seu definitivo aproveitamento em outro cargo” (Constituição do Estado de Minas Gerais, 2017, p.36).

Através da Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração (SERHA) resolução SERHA N°. 2367, de 15/02/93, o trabalhador passa a ter direito de ser ajustado em outra função, com as vantagens inerentes ao cargo. Essa Normativa esclarece ainda como funciona o processo e disciplina provisoriamente a execução do disposto no artigo 30, inciso 2º, da Constituição Estadual.

Resolve: Art.1º- O servidor público da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas que, em virtude de acidente ou doença, torna-se inapto para exercer as funções que lhe são especificadas, será, pelo respectivo Chefe de sua Repartição, ajustado a outras atividades compatíveis com sua capacidade física e grau de escolaridade, assegurados os seus direitos e vantagens inerentes ao cargo ou função de que seja detentor, até seu definitivo aproveitamento, na forma de regulamento ou legislação determinada pela norma constitucional do Estado.

No decorrer dos anos a legislação passou por diversas mudanças, com o intuito de melhor adequar esse processo ao qual ficou conhecido como processo de ajustamento funcional em Minas Gerais e que possui hoje como base a Resolução da Secretaria de Planejamento de Minas Gerais nº 61 de 15 de junho de 2013. Todo o processo para o ajustamento funcional no Estado, ocorre com base na legislação vigente, a saber: Constituição Estadual, Resolução SEPLAG nº 61 de 15 de junho de 2013, Instrução Normativa SEPLAG/SCPMSO N° 002, de 01 de outubro de 2008, Resolução N° 3717 de 18 de novembro de 2005 e decreto 43.661 2003 de 21/11/2003. Assim, a Instrução Normativa SEPLAG/SCPMSO N° 002/2008 que dispõe sobre o instituto do ajustamento funcional, diz em seu Art. 1º que é de responsabilidade da Superintendência Central de Perícia Médica e Saúde Ocupacional - SCPMSO o consentimento de ajustamento funcional ao servidor a partir da avaliação de capacidade laborativa por junta multidisciplinar.

A Instrução Normativa afirma que fica a cargo da chefia a qual o servidor está subordinado a adequação das atividades com a capacidade do mesmo, como também fazer o acompanhamento do ajustamento. A instrução supracitada também define que caso haja a necessidade de avaliações da capacidade laborativa do servidor, essa deverá ser indicada pelos peritos da SCPMSO e suas Unidades Periciais Regionais (UPR).

Durante o processo do ajustamento funcional o servidor passará por reavaliações no decorrer do tempo, onde fará uma identificação se o servidor obteve melhoras e está apto à volta para uma função de origem ou se deve intensificar o tratamento, já que esse processo de ajustamento busca também uma valorização do servidor, fazendo com que esse permaneça em atividade com o intuito de evitar que ele adoença mais e mais depressa, necessitando de aposentadoria por invalidez. Assim, a reavaliação é muito importante para continuidade do tratamento do servidor ajustado.

Art. 5º A reavaliação do ajustamento funcional será realizada preferencialmente por junta multidisciplinar e será requerida pelo servidor ao término do período anteriormente concedido. SS único- O requerimento do servidor será instruído com a seguinte documentação: I - Boletim de Inspeção Médica (BIM) preenchido administrativamente; II - relatório médico detalhado, especificando o tratamento realizado, se houve melhora do quadro clínico durante o período de ajustamento funcional, compatível com o retorno do servidor às atividades inerentes ao cargo ou função, ou se

deve permanecer nas atividades em que foi ajustado; III - relatório da chefia imediata com descrição detalhada das atividades desenvolvidas pelo servidor no ajustamento funcional, constantes e ocasionais, características do ambiente de trabalho e aproveitamento do servidor nas atividades.

A partir da reavaliação, ainda segundo a Instrução Normativa, a junta multidisciplinar concluirá os passos a seguir com relação ao servidor ajustado, sendo que esse poderá: voltar à função anteriormente exercida, continuidade do ajustado, término do ajustamento e licença para tratamento de saúde ou declarado incapaz definitivamente para exercer cargo de público.

Art. 7º A junta multidisciplinar que reavaliar o ajustamento funcional concluirá por: I - continuidade do processo de ajustamento funcional; II - término do ajustamento funcional e retorno às atribuições inerentes ao cargo; III - término do ajustamento funcional e concessão de licença para tratamento de saúde; IV- incapacidade total e definitiva para o serviço público, caso o servidor esteja em licença para tratamento de saúde.

Contudo, dentro de cada instituição para que haja o ajustamento funcional efetivamente é necessário trabalhar a distribuição e movimentação de cargos do quadro de pessoal, bem como adaptações de horários de trabalho, para isso baseia-se na resolução nº 2 741, DE 20 de janeiro de 2015, republicada em 23/01/2015 e no decreto 43.661 2003 de 21/11/2003. Nesse sentido, no caso dos profissionais da educação, a Resolução da Secretaria do Estado da Educação (SEE) nº 2.741/2015, dispõe sobre as normas para a organização do Quadro de Pessoal das Escolas Estaduais e a designação para o exercício de função pública na rede estadual de educação básica, como afirma no seu art. 9º que:

Art 9º Compete ao Diretor ou Coordenador de Escola Estadual, onde há servidor em Ajustamento Funcional:

I – definir, juntamente com o servidor, as atividades que este deverá exercer, observando as necessidades da escola, as restrições constantes do laudo médico oficial, o grau de escolaridade e a experiência do servidor;

3

II – encaminhar à SRE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do laudo, o nome do servidor em Ajustamento Funcional lotado na escola, com indicação das atividades a serem desenvolvidas por ele;

III – registrar e acompanhar o desempenho do servidor nas atividades propostas, mantendo atualizados os registros no Processo Funcional e informando à SRE qualquer mudança ocorrida; IV – emitir declaração contendo informação sobre as atividades que o servidor exerceu durante o período de Ajustamento Funcional, bem como sobre a avaliação de seu desempenho, que será anexada ao processo que acompanhará o servidor quando do seu retorno para nova perícia médica.

No inciso §1º estabelece o local no qual os professores ajustados desempenharão as funções determinadas pelos órgãos competentes. §1º O Especialista em Educação Básica – EEB, o Analista de Educação Básica – AEB e o Professor de Educação Básica – PEB, em Ajustamento Funcional, cumprirão a carga horária completa de seus respectivos cargos podendo exercer atividades na Secretaria da Escola ou na Biblioteca Escolar, observando-se o quantitativo para tais funções definido no Anexo III desta Resolução. Esclarece ainda que §2º O Professor em situação de Ajustamento Funcional que atuar na Biblioteca Escolar exercerá atividades de apoio a seu funcionamento.

A normativa afirma ainda que §3º Não sendo possível o aproveitamento do servidor em Ajustamento Funcional na própria escola, compete à SRE processar seu remanejamento para outra escola da mesma localidade ou solicitar ao Órgão Central da SEE autorização para exercício na SRE. E §4º Na hipótese de o professor em Ajustamento Funcional ser detentor de cargo com jornada inferior a 24 horas, a escola poderá aproveitar 02 (dois) servidores nessa situação para assumir a vaga de Assistente Técnico de Educação Básica – ATB.

E o decreto 43.661 2003 de 21/11/2003, que dispõe sobre adaptação de horário de Trabalho, a qual a conforme art. 19, coloca a chefia imediata do servidor responsável pela adaptação do horário de trabalho com suas prescrições especiais de tratamento passadas por seu médico e com orientação dos médicos peritos da unidade pericial central ou das unidades periciais auxiliares do IPSEMG.

§ 1º A adaptação de horário mencionada no caput será independente de compensação e será precedida obrigatoriamente de inspeção médica específica a ser realizada na unidade pericial central ou nas unidades periciais auxiliares do IPSEMG.

§ 2º Para ter direito à adaptação de horário, fica o servidor obrigado a entregar à chefia imediata, para arquivo em sua pasta funcional, comprovante diário de frequência ao tratamento que deu origem ao benefício com data, horário e duração do atendimento.

Contudo, nesse processo entende-se que ao servidor apresentar uma doença a qual reduza sua capacidade para o trabalho de forma que não consiga exercer as atividades do seu cargo original, mas que ainda possa exercer outras atividades, esse poderá ser ajustado de função. Atualmente, com o advento da evolução do conceito de Saúde Ocupacional, nota-se a grande importância do trabalho para a saúde das pessoas, onde a impossibilidade de exercê-lo pode tornar o indivíduo doente.

3 METODOLOGIA

Para o alcance dos objetivos propostos o método utilizado foi o qualitativo, que preza pela análise e interpretação de aspectos profundos e descreve o comportamento complexo do ser humano, ou seja, fornece análise mais detalhada sobre atitudes, e comportamento dos envolvidos na pesquisa. Foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental, além do uso de entrevistas e observação participante. A pesquisa bibliográfica contribuiu para a elaboração dos conceitos e articulações sobre o tema e a pesquisa documental para obter o volume de professores efetivos ajustados, os tipos e causas de ajustamento existentes na escola, conforme registros administrativos.

Encontrou-se na escola somente registros de ajustamento a partir do ano de 2007, nesse período foram identificados 18 ajustamentos ocorridos na escola, sendo atualmente sete. O universo de estudo foi uma escola da Rede Pública Estadual de Ensino de Montes Claros/MG, a escola foi escolhida pela acessibilidade. Assim a população da pesquisa é constituída pelos sete professores efetivos ajustados e quatro gestores. Para tanto, foram realizadas 11 entrevistas, sendo os sete professores ajustados, a diretora da escola, duas supervisoras e uma secretária.

As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro com dez pontos de discussão para os professores ajustados e sete para os demais sujeitos da pesquisa. Utilizou-se de um gravador para auxílio no desenvolvimento da pesquisa e para facilitar o processo de análise de dados. Também foi utilizado o termo de

consentimento livre e esclarecido, demonstrando concordância da instituição com a pesquisa. Cada entrevista foi realizada individualmente na escola, no mês de julho de 2017, em horários previamente agendados e de acordo com a disponibilidade dos entrevistados.

Os dados coletados foram tratados pela técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2016) por ser uma técnica que descreve de forma objetiva e sistemática o conteúdo existente nas entrevistas, com a finalidade de interpretá-los. A observação participante possibilitou a aproximação da realidade e uma melhor compreensão da cotidianidade compartilhada pelos envolvidos na pesquisa. Para preservar a identidade dos entrevistados utilizou-se nomes fictícios (pseudônimo), os professores foram nominados de professor 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e a equipe administrativa como ADM – A, B, C, D.

Após o processo da análise das narrativas os depoimentos foram transcritos e submetidos à fase da análise propriamente dita. A transcrição do registro da fala de cada entrevistado ocorreu tal como ela se deu. Assim iniciou-se, então, a fase de organização desses dados, separando as falas que se referiam ao mesmo tema, reorganizando as entrevistas e dando origem a dez categorias de análise, sejam: (A) Motivos e fatores influenciadores do ajustamento; (B) Dificuldades encontradas na prática como ajustado; (C) Avaliação do processo de ajustamento e readaptação na nova função; (D) Momentos críticos na escola após seu ajustamento que afetou sua vida pessoal e/ou profissional; (E) Reflexo do ajustamento nas relações sociais; (F) O sentido do trabalho do professor após o afastamento da sala de aula; (G) Percepção quanto ao ajustamento funcional; (H) Política preventiva de saúde ocupacional adotada pela escola; (I) Sente falta da sala de aula e (J) Quanto à vida, o tempo e as saídas para o ajustamento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da pesquisa documental realizada junto à escola, analisando o período de 2007 a 2017, referente aos impactos psicossociais dos professores, foram identificados 18 ajustamentos ocorridos na escola no período, sendo que atualmente sete se encontram nessa situação. Tal redução no número de professores ajustados no período deu-se em função de aposentadorias (7), exoneração (3) transferência (01). Quanto às funções de ajustamento os professores se encontram lotados no departamento de pessoal, secretaria, xerox e biblioteca e o tempo de ajustamento varia entre três a oito anos. O quadro 1 representa um resumo de identificação dos professores ajustados pesquisados.

Quadro 1 – Identificação dos professores ajustados

	Função	Ajustamento	Tempo de Ajustamento	Tempo de Serviço
1	Professor	Depart. Pessoal	07 anos	32 anos
2	Professor	Xerox	05anos	18 anos
3	Professor	Depart. Pessoal	07 anos	24 anos
4	Professor	Biblioteca	07 anos	17 anos
5	Professor	Xerox	03 anos	23 anos
6	Professor	Biblioteca	08 anos	15 anos
7	Professor	Secretaria	03 anos	25 anos

Fonte: Dados da pesquisa documental, elaborado pelos autores, 2017.

Ao analisar os motivos e/ou fatores que justificam o ajustamento dos professores identifica-se que parte destes apresenta a violência na escola como principal desencadeador dos processos de ajustamento. Essa violência, proveniente

por alunos, pode ser observada tanto no seu caráter físico como moral. Essa violência tem impacto direto tanto nas relações sociais, como nos processos funcionais da organização. Outro fator determinante relatado por alguns professores para o ajustamento foi o excesso de trabalho, alguns com dupla jornada de trabalho em diferentes escolas e turnos.

O quadro depressivo foi apontado também como motivo de ajustamento desses professores. A depressão é tida como causa de ajustamento para mais de da metade dos professores entrevistados. Um entrevistado relatou a fibromialgia como causa de seu ajustamento. “Eu fui ajustada por causa da fibromialgia. Fibromialgia ela é desencadeada por causa de traumas, sofrimento, stress” (Prof. 3). Outro entrevistado traz o “Transtorno obsessivo compulsivo – Toc” (Prof. 2), como um problema que afetou sua vida, fato que o levou ao afastamento e conseqüentemente ao ajustamento funcional. Esse problema “caracteriza-se pela presença primária de obsessões ou compulsões, persistentes e recorrentes, que consomem tempo, causam sofrimento e interfere de forma significativa nas relações sociais e nas atividades do indivíduo” (ABREU et al, 2012, P. 139).

Outros aspectos importantes nessa discussão, que os entrevistados trouxeram como motivo de seu ajustamento relaciona-se também a saúde psíquica e física, nos quais os relatos apresentam a “Ansiedade, tensão nervosa, desânimo, fobia social e dores físicas (Prof. 4)”, tem se também problemas com “Sala cheia (...) é perturbação com barulho, som alto, é gritaria, é tumulto de pessoas (Prof. 5)” e “dor crônica (Prof. 7)” desinteresse do aluno, cobrança por parte do sistema, ameaças, falta de respeito (...)” (Prof. 4).

Em um relato isolado, foi apontado como motivo de ajustamento, o profissional trabalhar conteúdos para o qual não era habilitado, fato que o prejudicou e contribuiu para seu adoecimento e afastamento da sala de aula. Tal fato é considerado como assédio moral organizacional. Afeta a dignidade e a identidade do profissional, levando o questionar sua capacidade e competência.

Quanto ao processo de readaptação à nova função proposta, somente os professores 1, 2 e 5 não passaram pelo processo ou não tiveram dificuldade, pois já tinham experiência na área administrativa. Os demais entrevistados relataram que tiveram dificuldades no início, relacionadas a adaptação à nova função, retorno de sentimentos de medo, dores relacionadas aos problemas adquiridos, descrédito, preconceito e exclusão. Alguns relataram que ao serem colocados em atividades que tinham maior contato com o aluno ouve uma reação que levou ao ressurgimento dos sintomas do problema adquirido. Sobre esse assunto o entrevistado ADM-D, relatou que esses profissionais “deveriam cumprir sua carga horária de trabalho na Superintendência Regional de Ensino ou em outro órgão pela qual não tem a presença de alunos”. Atenta-se nesse sentido para uma incoerência na Legislação, a Resolução SEPLAG nº 61/2013 e a Resolução SEE nº 2.741/2015 que determina no artigo 9º § 1º os ajustados cumprirão a carga horária completa de seus respectivos cargos podendo exercer as atividades na secretária escolar ou na biblioteca da escola.

Os professores ajustados afirmam que ao exercer funções de apoio na secretaria e na biblioteca tem contato direto com aluno e sofre com os problemas adquiridos. Além disso, alguns profissionais ajustados afirmam não suportar ouvi os gritos dos alunos e nem mesmo o barulho emitido pelos sinais da escola, e assim não teriam condição de recuperar a saúde, levando-os a ter frequentes crises durante o processo de tratamento. Essa articulação leva a questionar: até que ponto o ajustamento funciona como recurso de socialização e redução do sofrimento no trabalho do professor? Pelo que se apresenta a política de reintegração proposta

segue a lógica mercantilista de aproveitar o trabalho do sujeito mesmo após a sua exaustão.

Ao serem questionados sobre os reflexos e os sentimentos experienciados pelo ajustamento, o prof. 1 relatou que teve problemas no período anterior ao ajustamento, foi um processo demorado, difícil, doloroso, de sentimento de isolamento, dificuldade em sair de casa, sentimento de inutilidade, medo, preconceito e gerou muito desconforto, não conseguia socializar. E após o ajustamento houve reflexos negativos devido à desconfiança, discriminação das pessoas com relação ao desenvolvimento do trabalho, acreditava que o profissional ajustado não trabalhava, mas quando conheceram seu trabalho não teve problemas como ajustado. Para o prof.4 os reflexos do ajustamento foram negativos no início, evidenciado através de discriminação, preconceito, *bullying*. Embora o descontentamento de alguns, verifica-se que para outros o afastamento refletiu de forma positiva, implicando no melhoramento da qualidade de vida do sujeito ajustado, ficou livre de problemas existente na sala de aula.

Sobre o sentimento da falta da sala de aula a fala de alguns profissionais é marcada pela sensibilidade e afeto com o trabalho. Relataram que os impactos com o afastamento da sala de aula foram negativos prejudicando a vida profissional e social, dentre os quais destacam-se a tristeza de não poder exercer a profissão, a sensação de estar perdendo o conhecimento e/ou a capacidade de lecionar, por está impossibilitado devido a problemas de saúde e pelo descaso do estado com o profissional ajustado. Percebe-se que o trabalho para estes profissionais dava sentido à sua própria existência. Embora a falta sentida por alguns profissionais, verifica-se que o sentimento de angústia, frustração e rancor também perpassa os sentidos de alguns profissionais ajustados. De acordo com os professores entrevistados verifica-se um quadro confuso no ato de abandonar a sala de aula, uma vez que parece difícil sentir falta de um algo que tenha gerado tanto sofrimento, desde doenças psíquicas/emocionais, física, até os fatos que os tornaram profissionais frustrados, decepcionados, deprimidos, banidos do seu espaço profissional. Citam ainda que a cada dia que passa os alunos tornam mais desinteressados, agressivos, irresponsáveis, descompromissados. Assim o docente torna-se cada dia mais desmotivado em exerce a profissão.

Quanto à percepção dos profissionais administrativos sobre o ajustamento, perpassa o contexto emocional e subjetivo dos ajustados. Eles consideram que os problemas emocionais são oriundos principalmente das péssimas condições de trabalho e da desvalorização do docente, onde a escola perde excelentes professores, mas ao mesmo tempo ganham excelentes profissionais em outros setores. Na visão da equipe administrativa o ajustamento passa a funcionar como mecanismo de reinserção e reintegração do professor na escola. Ao ser ajustado o profissional percebe-se, de certa forma, que não está em condição de exercer uma atividade, mas que possui condições de ser útil em outras atividades, incentivando-os a desempenhar e ressocializar com o espaço escolar que sempre o atraiu.

Já na percepção dos professores ajustados verifica-se que somente um deles vê o ajustamento funcional como ruim, porém necessário. Acredita que o profissional ajustado é insignificante, somente um número, uma estatística apenas. Os demais professores entrevistados percebem o ajustamento como oportunidade para socializar, estar ativo e melhorar a autoestima. Tal fato torna-se importante por permitir que os profissionais se sentam úteis mesmo após o adoecimento. Mais da metade dos professores entrevistados se sentem bem com o ajustamento, mesmo não tendo um acompanhamento adequado.

Quanto às políticas preventivas de saúde ocupacional foi unânime o desconhecimento, tanto dos profissionais administrativo como dos ajustados, de qualquer política de prevenção ou acompanhamento da saúde ocupacional do profissional. É relevante destacar que esse acompanhamento a partir de políticas públicas é muito importante para os profissionais que estão ajustados e também aos que não estão para que evitem problemas de adoecimento ao longo da carreira profissional. Nota-se que o processo de ajustamento funcional é um processo delicado, importante e necessário para os profissionais que passaram por algum tipo de adoecimento. Os entrevistados, na maior parte das vezes, explicitaram o quanto é difícil apartar do “ser professor”, não apenas por causa do abandono da sala de aula, mas também pelo doloroso processo que envolve esse momento da vida. Além do sofrimento causado pela doença que justifica o afastamento verifica-se ainda a dor do abandono, do desprezo, do vazio e da solidão que a falta do trabalho gera. O quadro 2 apresenta uma síntese das categorias de análise e verbalizações.

Quadro 2 - Síntese geral das categorias de análise e verbalizações dos pesquisados

Categoria	Verbalizações dos pesquisados
Motivos e fatores influenciadores do ajustamento.	Prof. 1: “... violência, sobrecarga de trabalho ...”. Prof. 2: “... depressão, transtorno obsessivo (toc) ...”. Prof. 3: “... depressão, fibromialgia Prof. 4: “Problema depressão, ansiedade, tensão nervosa”. Prof. 5: “... carga de trabalho muito grande ...”. Prof. 6: “... quadro de depressão, excesso de trabalho ...”. Prof. 7: “Dor crônica, estado permanente de tensão gerado pela insegurança”.
Dificuldades encontradas na prática como ajustado	Prof. 1: “Não tive dificuldade... já fui administrador de escola”. Prof. 2: “Barulho do sinal e dos alunos ... a escola era o pior lugar do universo”. Prof. 3: “Dores por causa da fibromialgia”. Prof. 5: “Desconforto, como ajustado”. Prof. 6: “alguns colegas que não entendem... não acredita na situação”. Prof. 7: “O preconceito por parte dos colegas”.
Avaliação do processo de ajustamento e readaptação na nova função.	Prof. 1: “o processo de ajustamento é uma coisa dolorosa”. Prof. 2: “a readaptação foi tranquila”. Prof. 3: “No início foi difícil, agora está tranquilo”. Prof. 4: “foi complicado não conseguia e nem queria aprender...”. Prof. 5: “É não tive dificuldade com o processo de readaptação ...”. Prof. 6: “No início foi complicado” Prof. 7: “Difícil no início, ajustamento foi a melhor coisa que aconteceu”
Momentos críticos na escola após seu ajustamento	Prof. 1: “Violência, sobrecarga de trabalho.” Prof. 2: “Sim, no início da doença a escola era um inferno para mim” Prof. 4: “... as drogas sendo comercializadas dentro da escola” Prof. 5: “... eu fui desligado e não recebi nenhuma satisfação...”
Reflexo pós ajustamento nas relações sociais.	Prof. 1: “Não, o período anterior ao ajustamento que foi muito difícil, esse período fiquei praticamente isolado, tinha dificuldade até para sair, eu achava que <i>tava</i> uma pessoa inútil, mas depois que ajustei não ...”. Prof. 2: “O meu Ajustamento me ajudou muito, pois eu estava no fundo do poço e com medo de sair na rua. Eu não tinha vida social, joguei tudo para cima.” Prof. 3: “Refletiu de forma positiva, estou menos ansiosa, mais tranquila, mais calma, melhorou meu relacionamento com a família”. Prof. 4: “Fiquei livre de muitos problemas, recuperei autoestima”. Prof. 5: “Não, tranquilo, tudo tranquilo.” Prof. 6: “sim, na escola municipal a princípio, mas pedi para mudar de turno e posteriormente de escola onde fui muito bem acolhida.” Prof. 7: “... permitiu mais qualidade no meu dia-a-dia e nas minhas relações pessoais”.

Continua

<p>O sentido do trabalho do professor após o afastamento da sala de aula.</p>	<p>Prof. 1: “O afastamento da sala de aula não é uma coisa agradável porque a gente escolheu a profissão de professor ...”.</p> <p>Prof. 2: “Eu pude refletir e pensar mais em mim. Minha mente está mais organizada, minha ansiedade controlada. minha vida social voltou ao normal.”</p> <p>Prof. 3: “Não, que eu saiba não teve nenhum impacto.”</p> <p>Prof. 4: “A gente vai esquecendo o que sabe, vai se descapacitando e sentindo uma sensação de impotência ...”.</p> <p>Prof. 5: “minha vida social que foi interrompida pela doença e não pelo ajustamento, a doença que me levou às dificuldades sociais.”</p> <p>Prof. 6: “Os impactos foram positivos na minha vida pessoal e profissional, pois a sala de aula me deixava muito estressada, ...”</p> <p>Prof. 7: “Mais disposição para o trabalho; Maior qualidade de vida; oportunidade de novos aprendizados.”</p>
<p>Percepção quanto ao ajustamento funcional.</p>	<p>Prof. 1: “O ajustamento é um mal, digamos que um mal necessário, ...”.</p> <p>Prof. 2: “A minha Solução foi o ajustamento. Eu não me vejo mais em sala de aula.”</p> <p>Prof. 3: “Acho de suma importância, uma vez que o funcionário não está conseguindo se desenvolver de forma satisfatória naquela função, ...”.</p> <p>Prof. 4: “É muito bom, pois a gente não sofre pressão, não tem mais uma carga de trabalho, que não dá conta ...”</p> <p>Prof. 5: “O ajustamento é um meio de dá conforto para o doente, mas não é a solução, ...”.</p> <p>Prof. 7: “Entendo o ajustamento como uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho ...”.</p>
<p>Política preventiva de saúde ocupacional adotada pela escola.</p>	<p>Prof. 2: “Não, primeiro quem tá doente fica com vergonha e não fala nada a ninguém ...”</p> <p>Prof. 3: “Deveria ter ao menos um acompanhamento psicológico”.</p> <p>Prof. 4: “Não adota (a escola). Que eu saiba e o estado também não”.</p> <p>Prof. 6: “Não. Na rede municipal ainda encontro um apoio psicológico...”</p>
<p>Sente falta da sala de aula.</p>	<p>Prof. 1: “Sinto sim, a sala de aula era meu chão ...”</p> <p>Prof. 2: “Jamais sinto falta da sala de aula ...”</p> <p>Prof. 3: “...não sinto falta da sala de aula não, penso que ia atrapalhar ainda mais minha saúde.”</p> <p>Prof. 4: Às vezes, pois me preparei para isso, não sei se conseguiria”</p> <p>Prof. 5: “Muita falta de aula de aula, a gente sente mesmo, aquele afeto com os alunos, é com o trabalho ...”</p> <p>Prof. 6 – “Não, porque cada dia que passa está mais difícil trabalhar com alunos desinteressados e descompromissados, ...”</p> <p>Prof. 7 – “Do prazer de lecionar, mas definitivamente, não. ...”</p>

Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelos autores, 2017.

Percebe-se a partir dos relatos que o ajustamento é um processo gerador de sofrimento, contudo, o professor ainda encontra algum modo de compensar o afastamento da vida do profissional e encarar a readaptação como uma possibilidade de ser útil novamente. Diante do sentimento de inutilidade que incorre nos primeiros momentos do afastamento, associado ao abandono da identidade de professor e do espaço do trabalho, retornar ao trabalho parece funcionar como terapia para o vazio deixado pela doença causadora do afastamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho docente ao longo dos anos tem perdido prestígio social. A desvalorização profissional, falta de infraestrutura e equipamento nas escolas, falta de conforto, violência, agressão física e verbal, vandalismo, baixos salários e as precárias condições de trabalho têm levado muitos professores ao adoecimento ou à

própria desistência da profissão. Nesse sentido, este trabalho procurou analisar os impactos psicossociais provenientes do ajustamento de professores em uma escola da Rede Pública Estadual de Ensino de Montes Claros/MG.

A partir das análises realizadas foi possível constatar que o quadro de adoecimento, que tem gerado o ajustamento funcional dos professores da unidade estudada, agrupa sintomas psicológicos, tais como estresse, *ansiedade*, *desânimo*, *angústia*, *depressão*, nervosismo, insegurança, esgotamento e irritabilidade. Somados a esses verificam-se os problemas físicos relacionados a falta de ar, pressão baixa, tonturas, labirintite, perturbações do sono, cansaço físico, dores de cabeça, indisposição para o trabalho, perturbações de caráter digestivo, problemas nas cordas vocais, problemas respiratórios e alergias. Dessa forma, a pesquisa define a situação de trabalho dos professores da rede estadual de ensino de MG como de intenso mal-estar sob o risco de um processo evolutivo de afastamento do trabalho e aumento no número de ajustamentos, comprometendo o desempenho e o bem-estar dos profissionais, além dos custos gerados para os cofres públicos.

Diversos fatores que contribuem para o processo de adoecimento e, conseqüentemente, ajustamento dos professores, tais como violência na sala de aula, depressão, dupla jornada de trabalho, sobrecarga de trabalho, problemas pessoais, dificuldade para conciliar o tempo em mais de um trabalho.

Problemas como preconceito e discriminação também são enfrentados pelos professores ajustados. O fato de fazerem acompanhamento com psicólogos e o uso de medicamentos controlados como os antidepressivos e os ansiolíticos, por exemplo, cria uma imagem negativa junto aos colegas de trabalho. Observou-se ainda o descaso e a falta de reconhecimento, por parte dos governantes com relação a estes profissionais.

Observa-se que o resultado dessa pesquisa mostra uma realidade muito difícil e desmotivadora para os profissionais da área, como também a novos profissionais que tem interesse em exercê-la. Cada relato apresentado no decorrer do trabalho mostra como tais problemas são percebidos por esses profissionais, a dificuldade, a angústia, o sofrimento, o desgosto, dentre outros, que é notado pela expressão e fala dos mesmos. São percepções que vão desde os professores ajustados aos profissionais que fazem parte da equipe administrativa, já que na percepção de ambas as partes são colocadas a questão do impacto gerado na escola, do dispêndio em exercer outra função, do fato de ser necessário fazer ajustes no quadro de pessoal da instituição, fazendo adequações, estas que dependendo do tempo gasto para colocar em dia afeta também aos alunos.

Verifica-se que os sentimentos dos professores ajustados após esses anos se misturam sensação de alívio por não estar na sala de aula e ter uma oportunidade de estar ativo, exercer outra função e ao mesmo tempo sensação de frustração com a situação de ser doente, de não poder exercer a profissão e por não serem reconhecidos, não existir preocupação por parte do estado tanto com eles ajustados como os professores que estão adoecendo na sala de aula.

Nesse sentido, embora tenha uma lei específica que trata sobre o ajustamento dos profissionais afastados da sala de aula, os mesmos não se sentem amparados pelo Estado. Fato que torna necessário um debate mais amplo sobre a questão e que crie políticas preventivas, de forma pensar uma atenção anterior aos problemas, ou seja, de forma a agir antes que o mal aconteça. Atenção no sentido de políticas de valorização de carreiras, políticas preventivas, acompanhamento dos profissionais, maior diálogo entre docente, discente, gestores e governantes.

Embora esse trabalho, pelo seu limite metodológico, esteja delimitado somente a uma escola, novos estudos poderão aprofundar ou ampliar o tema em discussão de forma a abranger um maior número de instituições, com vistas a influenciar nas políticas públicas do Estado objetivando melhorar a qualidade de vida dos profissionais professores.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 6.ed. São Paulo: Boitempo, 2003.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Lisboa: Edições 70, 2016.
- BRANQUINHO, N. das G. S. **Qualidade de vida no trabalho, bem-estar e mal-estar em professores da rede pública**. Montes Claros, MG: Unimontes, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil - 1988**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- CODO, W. **Educação: Carinho e Trabalho**. Burnout a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Petrópolis, RJ: vozes, 2006.
- COSTA, I. de M. **Análise ergonômica do trabalho dos professores do ensino fundamental I da rede pública municipal de Natal/RN: uma investigação sobre o estresse**. 2015. 212f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- COSTA, P. G.; GERMANO, A. Afastamento dos professores de 5ª à 8ª séries da rede municipal de Ipatinga da sala de aula: principais causadores. In: CONGRESSO DE LETRAS, 6., 2007, Argentina. **Anais...** Brasil: UNEC, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.unec.edu.br/ojs/index.php/unec03/article/viewFile/289/365>>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.
- DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J. F. (Coord.) **O indivíduo na organização: Dimensões Esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1996. p. 149-173
- _____, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.
- DOURADO, L. F.; PARO, V. H. **Políticas Públicas & Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.
- GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNCAO, A. A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educ. Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, Aug. 2005.
- GUINALZ, J. P. **Trabalho, alienação e adoecimento na Cadeia de Produção de Alumínio em Barcarena**. 2007. 126f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido/PDTU, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- MARX, K.; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MINAS GERAIS. **Lei nº 869**, de 5 de julho de 1952. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais. Disponível em

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:minas.gerais:estadual:decreto:2003-11-21;43661>. Acesso em 23 de agosto de 2017.

_____. **Lei nº 937**, de 18 de junho de 1953. Modifica a Lei Lei nº 869, de 5 de julho de 1952. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais.

_____. **Constituição do Estado de Minas Gerais - 1989**. Belo Horizonte: 18ª ed. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2017.

_____. **Decreto 43.661 2003** de 21 de novembro de 2003. Secretaria de Estado de Fazenda. Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde para servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

_____. **Instrução Normativa SEPLAG/SCPMO Nº 002**, de 01 de outubro de 2008. Secretaria de Estado da Fazenda. Dispõe sobre o instituto do ajustamento funcional.

_____. **Resolução Nº 3717** de 18 de novembro de 2005. Secretaria de Estado da Fazenda. Dispõe sobre a distribuição e movimentação de cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado de Fazenda.

_____. **Resolução Nº. 2367**, de 15 de fevereiro de 1993. Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração. Disciplina, provisoriamente, a execução do disposto no artigo 30, §2º, da Constituição Estadual.

_____. **Resolução SEE nº 2.741**, de 20 de junho de 2015. Secretaria do Estado da Educação. Estabelece normas para organização do quadro de pessoal das escolas estaduais.

_____. **Resolução SEPLAG nº 61** de 15 de junho de 2013. Disciplina a execução do disposto no artigo 30, § 2º, da Constituição Estadual. Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais.

MORGAN, G. *Imagens da Organização*. Tradução Cecília Whitaker Bergamini, Roberto Coda. – 1.ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

PROVENZANO, L. C. F. A.; SAMPAIO, T. M. M. Prevalência de disфонia em professores do ensino público estadual afastados de sala de aula. *Rev. CEFAC*, São Paulo, v.12, n.1, p. 97-108, fev. 2010

RIO, R. P. *LER: ciência e lei: novos horizontes da saúde e do trabalho*. Belo Horizonte: Health, 1998.

VIEIRA, J., D. *Identidade expropriada: Retrato do educador brasileiro*. Brasília: CNTE, 2003.